

URBANISMO AFRICANO PRÉ-COLONIAL

A paisagem como conceito de cidade

Carlos Almeida Marques

PhD Architect, MSc PRU

Researcher at CAPP-ISCSP-ULisboa

Introdução

O estudo das cidades africanas constitui uma preocupação recente de teóricos e investigadores. John Igué (2008) refere que muitos urbanistas continuam a pensar que o desenvolvimento do fenómeno urbano em África é a emanção da colonização e por consequência, reflete o modelo europeu e que o debate sobre as tentativas de definição da cidade pré-colonial pouco preocupou os urbanistas e os intelectuais africanos, os quais raramente ultrapassaram o estado de consumo passivo das teorias intelectuais propostas pelo Ocidente (2008, p.16).

Até muito recentemente, a grande maioria dos livros de história e teoria do urbanismo, têm centrado a sua atenção na pesquisa e no conhecimento das cidades ocidentais, desde a *pólis* grega e a *civitas* romana às metrópoles da modernidade. Sobre as cidades africanas, à exceção da longa experiência egípcia, quase sempre associada às origens mesopotâmicas dos assentamentos humanos, são escassas as referências bibliográficas sobre as suas origens, tradição e cultura urbana.

Como em muitos outros territórios do globo, os primeiros estabelecimentos humanos em África remontam a milhares de anos antes da nossa Era. Existem vários vestígios arqueológicos e documentais que mostram uma história do urbanismo anterior ao processo de colonização de África. Se olharmos para a tradição africana de criação de assentamentos humanos iremos encontrar cidades de um período que antecipa o registo das cidades egípcias.

Como sabemos, o continente africano foi palco de um processo de intensa colonização, desde a construção das novas cidades greco-romanas na orla mediterrânica e ganha novo impulso a partir do século XV com a nova vaga de colonização europeia, que se irá estender por toda a linha de costa ocidental, austral e

oriental, em que o urbanismo e a construção de cidades foram utilizados como recurso da política de territorialização e instrumento decisivo de dominação.

Esta situação não impede a existência de uma tradição urbanística africana, formando uma realidade distinta daquela que caracteriza os modelos urbanísticos das políticas de colonização europeias e que possibilita uma análise comparativa com as formas de territorialização coloniais.

Para defender e justificar esta ideia de um urbanismo africano pré-colonial, tomemos como exemplo três cidades - Kerma, Grande Zimbabwe e Tombuctu que, em diferentes geografias e épocas históricas, permitem-nos compreender a tradição urbanística das cidades africanas quanto à sua organização espacial e estrutura morfológica, a par de uma criação arquitetônica de enorme originalidade estética e construtiva, que é indissociável do próprio conceito urbano. Nos casos de estudo seleccionados, é possível explorar os traços gerais do pensamento sobre a concessão dos assentamentos humanos num continente onde as mais recentes descobertas arqueológicas situam as origens da própria humanidade¹.

¹ Em 1974, foi descoberta no deserto de Afar, na Etiópia, um fóssil de *Australopithecus afarensis* com 3,2 milhões de anos. «Lucy», nome que foi atribuído ao fóssil, é o membro mais antigo da linha de bípedes que levou, cerca de quatro milhões de anos mais tarde, aos humanos modernos.

Kerma

Os vestígios arqueológicos de Kerma datam de 2500 a 1500 anos a.C., havendo registos de etapas anteriores de urbanização, datadas de 3000 a 2500 anos a.C.

A cidade de Kerma surge associada ao reino de Koush que durante vários séculos floresceu nos territórios mais a sul do Nilo, no antigo vale sudanês da Baixa-Nubia, até à conquista, por Thoutmosis I, que colocou o reino sob administração egípcia que irá manter-se até ao final do Novo Império (1080 a.C.).

De acordo com as reconstituições arqueológicas que desde 1973 vêm a ser desenvolvidas por uma missão da Universidade de Geneve, a origem da cidade de Kerma remonta a mais de 2500 anos a.C., ou seja um tempo anterior à ocupação egípcia, que irá ocorrer entre 1530 e 1520 a.C. (Marianne Cornevin, 1998, p.99).

Na tradição das cidades africanas pré-coloniais, Kerma foi fundada na atividade comercial, no tráfego fluvial e nas trocas de mercadorias que ocupavam seguramente não só numerosos trabalhadores mas também administradores de mais alto nível.

A Deffufa Ocidental, uma “enorme pilha de tijolos, tornada informe pela intensa erosão eólica”, que corresponde a “um templo ampliado ... e reescrito a partir de uma pequena capela” (Marianne Cornevin, 1998:99), é identificada pelos arqueólogos como a construção hierarquizadora de toda a estrutura urbana.

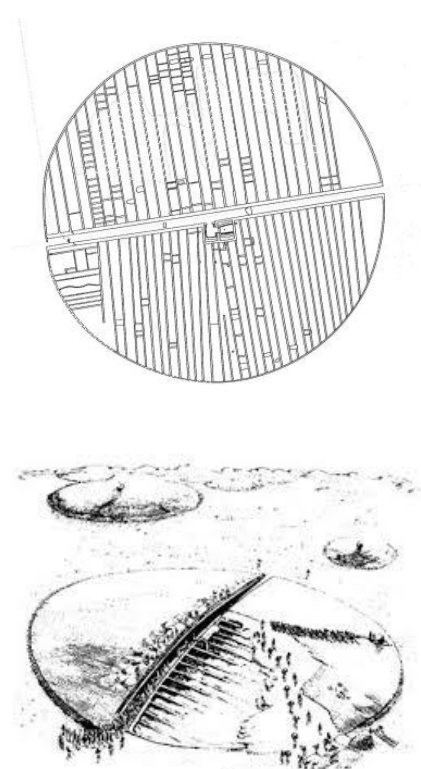
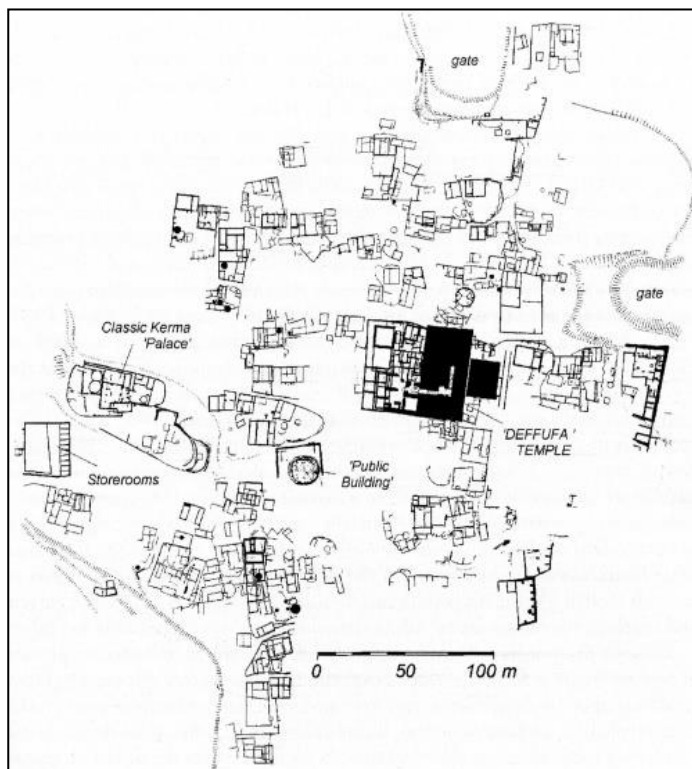
Desde a sua fundação, Kerma foi uma cidade fortificada, rodeada por espessos muros de tijolo cru, onde quatro portas, dispostas segundo os quatro pontos cardeais, eram defendidas por bastiões encimados por torres.

A cidade estava organizada em quatro setores distintos: a cidadela propriamente dita, sede do exército e da administração política e religiosa; o bairro residencial, com jardins e vinhas, que albergava uma importante população civil e militar; o porto; e as lojas, padarias e zonas de produção de artesanato situadas no exterior dos muros.

A este e oeste da Deffufa Ocidental desenvolvia-se o bairro religioso, ele próprio cercado por muros altos, formando uma «cidade dentro da cidade», onde vivia uma classe de sacerdotes administradores dos bens do templo principal (Marianne Cornevin, 1998, p.101). A sul do bairro religioso, encontrava-se um outro bairro de habitações, lojas e entrepostos comerciais, e no seu centro, uma cabana circular,

também ela protegida por muros e que era utilizada pelos reis de Kerma como sala de audiências ou de recepção.

Kerma e a civilização Koush mostram que o continente negro soube, muito tempo antes da Europa ocidental, criar e conservar durante vários séculos uma entidade política viável, a partir de uma posição estratégica excepcional, entre o mundo mediterrânico e a África profunda (Marianne Cornevin, 1998, p. 112).



Kerma, Planta Geral com a Deffufa ocidental, plano e esquema gráfico do interior dos grandes túmulos da época clássica de Kerma (1750-1450 a.C.). Fonte: Missão Suíça Dukki Gel Kerma.

Grande Zimbabwe

As ruínas da chamada Grande Zimbabwe, atualmente patrimônio da humanidade dado o seu valor universal excepcional são o testemunho da civilização Bantu/Shona e o que resta duma importante cidade mercantil que se desenvolveu

durante a Idade Média, entre 1100 e 1450. Seguindo os relatos dos mercadores árabes, a existência destas ruínas foi assinalada em 1552 pelo historiador português João de Barros.

A «natureza tipicamente bantu das construções» identificada por Gertude Caton Thompson em artigo publicado em 1931, foi recusada até muito recentemente por uma teoria que, convencida da definitiva incapacidade dos Negros, mantinha a origem «branca» destas construções, associando-as aos mercadores fenícios que viriam ao «país de Ofir» em busca de ouro, ou ainda ao lugar onde a rainha de Sabá viria explorar o ouro que presenteava ao rei Salomão (Marianne Cornevin, 1998:282).

Os trabalhos arqueológicos e investigações científicas provam que a cidade, fundada no século XI, se converteu no século XIV no principal centro urbano de um planalto aurífero, onde vivia uma população que ultrapassava os 10 000 habitantes. Cerca de 1450, esta cidade capital foi abandonada em consequência dos efeitos nefastos da desflorestação e da incapacidade de garantir uma produção agrícola suficiente para alimentar tão vasta população².

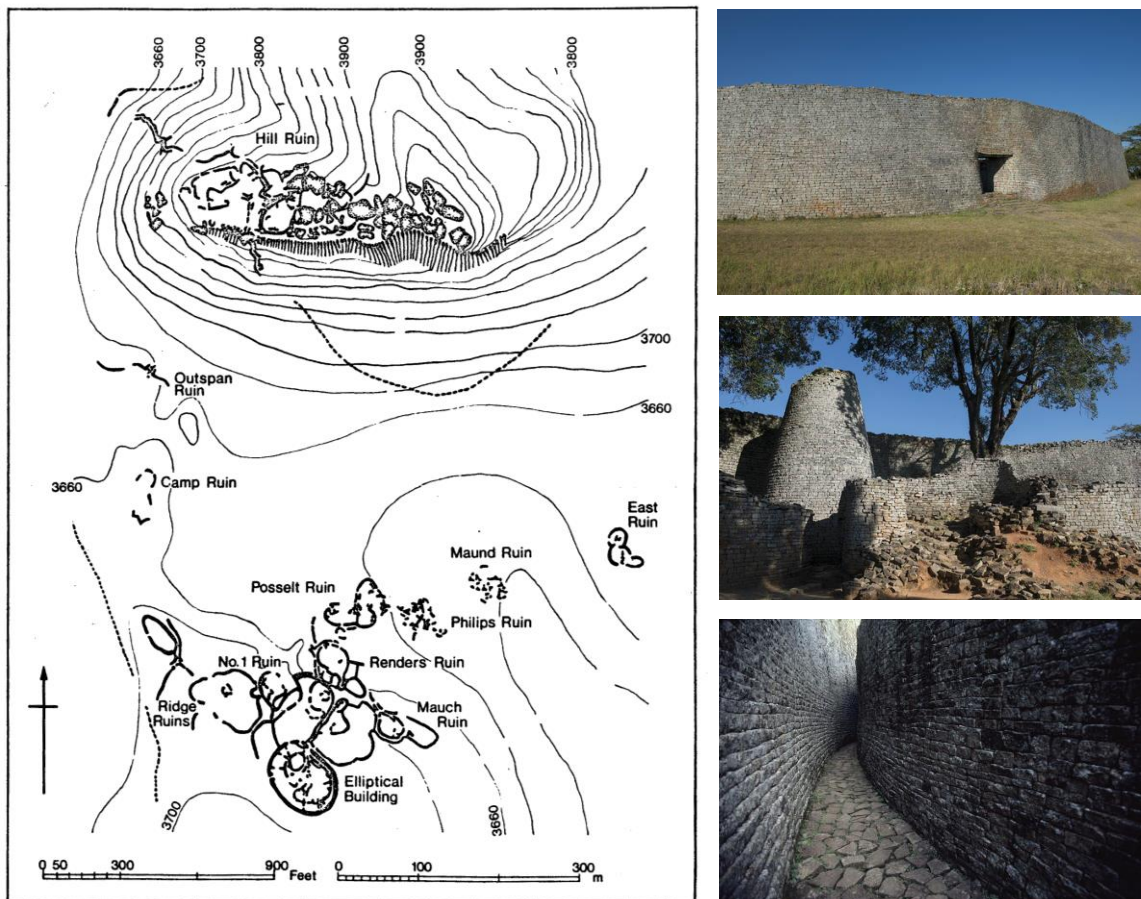
A cidade ocupa uma área de aproximadamente 800 hectares, na actual Zambia, muito próximo de Masvingo³, e está dividida em três partes: a cidade alta, o Grande Cerco e o Vale das Ruínas, uma série de conjuntos habitacionais datando do século XIX, apresentando todos eles características análogas de construções em adobe e muros, em alvenaria de pedra seca, isolando cada assentamento.

O sítio do Grande Zimbabwe ... é dominado por uma colina com cerca de 30 metros de altura. A sua base mais plana está coberta, numa largura de 350 metros, por enormes blocos de granito ligados entre si por muros delimitando recintos fechados. O mais vasto de todos é delimitado por um muro semi-circular com 7 metros de espessura. Nos contrafortes, a 700 metros da pequena escarpa, elevam-se construções em forma ovular conhecidas pelo nome de Grande Cerco cujo muro de cintura, com cerca de 244 metros, tem uma altura média de 7 metros e uma espessura de 5,50 metros na base e 3 metros na parte superior. (...) Um muro interior cobrindo metade do perímetro do muro exterior mas construído da mesma forma conduz à célebre torre cónica com 10 metros de altura (Marianne Cornevin, 1998, p. 280).

² Idem.

³ UNESCO, <http://whc.unesco.org/fr/list/364>

Toda esta estrutura urbana e arquitetônica constitui uma unidade formal, em que o objeto arquitetônico individual e o edificado coletivo se integram de modo quase radical, fundindo as suas volumetrias e desenhos com base em modelos compositivos de significativa riqueza estética e valor construtivo.



Grande Zimbabwe, Planta Geral. Fonte: UNESCO Map13 – 1985. Entrada oeste, restaurada, e interior do Grande Cerco, fonte UNESCO, Autor: Ko Hon Chiu Vincent. Interior da dupla parede do Grande Cerco, fonte: <http://www.afrik-news.com/article18317.html>.

Tombuctu

O império Mali, país do povo Mandinga, terá sido, segundo alguns historiadores, o primeiro reino de fundação negro-africano, cuja capital era a cidade de Niami (Augusto Trindade, 2000:190). No seu auge, ter-se-ão desenvolvido no Malí

cerca de quatrocentas cidades e vilas. Das suas grandes cidades destacam-se a capital Niamei, Djenne e Tombuctu, que se transformaram em importantes centros religiosos, de comércio e cultura, beneficiando da sua implantação numa região de cruzamento de rotas caravaneiras, um lugar de mercado, onde se negociava a transacção de manuscritos, o sal de Teghaza no norte, o ouro, o gado e os cereais do sul⁴.

Situada nas portas do deserto do Sahara e num lugar excepcionalmente propício próximo ao rio Níger, Tombuctu é uma das cidades de África cujo nome está fortemente carregado de história⁵. Fundada no século quinto, Tombuctu foi uma cidade fortificada como outras cidades africanas, tendo as suas muralhas sido absorvidas pelo desenvolvimento urbano cujo apogeu económico e cultural é alcançado durante os séculos XV e XVI.

É interessante verificar que à imagem de outras cidades, a estrutura urbana de Tombuctu se desenvolve *segundo duas grandes linhas diretrizes: ..., a linha Norte-Sul considerada como uma orientação favorável, ... que corresponde ... ao eixo de circulação ..., que vai de Karbara, o porto, a Ararouane; e a outra, a linha Este-Oeste cujo desenvolvimento é de menor importância. ... Seguindo estas duas direções, Tombuctu tem uma forma grosseiramente retangular* (John Igué,2008:137). A cidade contava com catorze bairros, compactamente ligados entre si, formando um casario denso onde os espaços públicos, as praças, são pouco numerosas e correspondem normalmente aos principais locais de mercado.

O dinamismo económico e o prestígio cultural que caracterizou este centro urbano estão em grande parte associados às escolas corânicas que guardam espólios bibliográficos do maior interesse histórico e científico, essenciais para a difusão da cultura islâmica, principalmente através da universidade de Sankore e 180 escolas corânicas, chegando a contar com aproximadamente 25 000 estudantes.

As mesquitas, onde funcionam as universidades, representam empreendimentos de grande dimensão e constituem um raro exemplo do trabalho colectivo no meio urbano. Podemos assinalar três mesquitas principais: Jingereber, a mais antiga, Sankoré, de forma grosseiramente quadrada e sede da universidade de

⁴ UNESCO <http://whc.unesco.org/fr/list/364>.

⁵ Idem.

Tombuctu e a mesquita de Sidi Yahia, construída sobre os domínios reais situados no centro da cidade (John Igué,2008, p. 139-141). Argumenta-se que esta cidade se desenvolveu num contexto de civilização islâmica. Muito provavelmente a influência do Magrebe tenha sido mais determinante e surge expressa na forma geométrica, próxima da rectangular, que é a mais recorrentemente utilizada na morfologia do edificado. Contudo, ao observarmos rigorosamente a morfologia urbana e as técnicas arquitectónicas desenvolvidas, um traço fundamental domina: a forma piramidal que caracteriza a civilização egípcia (John Igué, 2008, p. 141). À luz deste argumento, é provável que a civilização urbana de Tombuctu tenha raízes anteriores à penetração árabe.



Tombuctu, Planta Geral, fonte: google maps. Universidade corâmica, Sankore, Fonte: UNESCO, autor: Vincent Ko Hon Chiu. Universidade corâmica Sidi Yahia, fonte: globetrotterasia.wordpress.com. Pormenor de fachada, fonte: UNESCO, autor: Thierry Joffroy.

Notas conclusivas e exploratórias

Para compreender o fenómeno urbano pré-colonial, será necessário ter em conta o que longo percurso da história do continente africano está ritmado pela ocorrência de fenómenos naturais, culturais e políticos que ocorrem numa periodização diferente daquela da história europeia.

Um dos primeiros fatos históricos diz respeito às mudanças climáticas que implicaram uma sucessiva alteração da localização das populações, como a que ocorreu na Grande Zimbábwe. O segundo fator, de ordem cultural e religiosa, está relacionado com a islamização da África do Norte nos séculos VII e VIII, que se irá estender por toda a região sub-sahariana, implicando transformações estruturais e morfológicas em muitas cidades como no caso de Tombuctu, onde o plano da construção urbana vai progressivamente adaptar-se a uma geometria mais densa e compacta.

O terceiro fator concerne as profundas alterações políticas e administrativas que vão ocorrer a partir do século XV, quando as potências marítimas europeias fizeram bascular para o oceano o coração económico e político do continente, que durante séculos, se fixara nas regiões do Sahel. Foi, segundo o historiador português Magalhães Godinho (1969), «a vitória da caravela sobre a caravana» (cit. Bernard Lugan, 2008, p. 5).

De acordo com Ilídio do Amaral, podem ser identificadas, no continente africano, cinco grandes regiões de desenvolvimento urbano: a faixa mediterrânica (vale do Nilo incluído); as zonas da savana ocidental africana; a região leste da Costa da Guiné; a faixa litoral ocidental de África; e a África Meridional. As primeiras quatro regiões são pré-coloniais e a última é de forte influência europeia (cit. Augusto Trindade, 2000, p. 187).

A origem das cidades africanas pré-coloniais parece depender de diferentes fatores entre os quais três merecem ser evocados: as vantagens do meio natural; as conquistas empreendidas; o contato com o exterior (Bernard Lugan, 2008, p. 108-109).

As vantagens do meio natural desempenham um papel determinante na criação urbana em África designadamente o contato com a floresta ou a savana. Essa relação com o território natural explica também a existência de um número importante

de agricultores na população urbana, que satisfazem o consumo e a transação quotidiana de bens alimentares.

A cidade surge também como uma *base de conquista territorial*, sendo a escolha do lugar da sua fundação determinada pelo posicionamento geográfico estratégico tanto em relação às rotas comerciais de que as cidades fortificadas são ponto de encontro, como pela sua proximidade de territórios com potencial de exploração mineira. Ambos os casos contribuem para o desenvolvimento das atividades econômicas, a formação de riqueza e sustentação do poder político das cidades principais face às cidades secundárias e aos territórios sob sua administração. Essa posição geográfica estratégica era igualmente um elemento facilitador para o contacto com o exterior, o contato com outras civilizações. A vida das relações - sociais, culturais e religiosas – é uma das características das cidades africanas pré-coloniais que persiste atualmente, e está fortemente ancorada na intensa atividade comercial ilustrada pelos mercados, que a par dos templos e mesquitas, constituem os elementos hierarquizadores do espaço urbano.

No que concerne o desenho urbano das cidades pré-coloniais, embora a sua estrutura e organização sejam distintas da que encontramos nas cidades europeias do mesmo período histórico, alguns elementos são comuns. Entre eles, a referência ao espaço sagrado, o templo, que ocupa normalmente um lugar de referência a par do palácio real. As muralhas defensivas são igualmente uma constante urbanística.

Por sua vez, ao espaço público não é dado especial relevo. As ruas deambulam de forma irregular entre os espaços construídos, e as praças são substituídas pelos mercados e lugares de comércio.

Em termos gerais, o traçado irregular parece resultar, nos três exemplos apresentados, de uma opção por um ordenamento urbano complexo e evolutivo, sem que possa ser associado a qualquer constrangimento topográfico aparente.

A arquitetura dos templos, palácios e estruturas de fortificação, possuem uma expressão plástica plena de originalidade, sendo possível encontrar nesses extraordinários objetos a mesma relação com as propostas arquitetónicas do modernismo europeu, tanto quanto as máscaras africanas foram associadas ao proto-cubismo de Picasso.

Nos vários exemplos apresentados, desde os grandes túmulos de Kerma, às mesquitas de Tombuctu, vemos que as imagens se enquadram numa paisagem sem descontinuidades, exprimindo um carácter existencialista como valor emblemático. As mensagens e os códigos propostos vinculam uma estrutura de pensamento arquitetónico como se observássemos a superfície de uma pintura. O resultado é um espaço que envolve os sinais da imagem, constituindo o objeto arquitetónico um diagrama relacionado com as sensações e as energias dinâmicas do lugar.

Como notas exploratórias, consideramos ser de destacar que o nosso objetivo é o de proporcionar uma compreensão das lógicas evolutivas que deram forma e continuam a estruturar a paisagem sócio-cultural do continente africano, mesmo se no processo de colonização, ao perderem o seu território e com ele grande parte das suas tradições e costumes possa ter-se perdido a memória histórica das cidades pré-coloniais.

Será necessário considerar, para as cidades africanas pré-coloniais, uma possível definição de “paisagem” como “forma” na qual se exprime a unidade sintética *a priori*, que no sentido kantiano não corresponde à “unificação” de dados recebidos separadamente, mas à “unidade” necessária da “matéria” (território) e do “conteúdo ou função” (ambiente).

A abordagem aqui seguida, mais do que descrever as funções detalhadas e as imagens do passado histórico destas cidades, parte da necessidade de compreender as dinâmicas da paisagem urbana da África pré-colonial, com o objetivo de alcançar o seu significado e potencial presente.

Como se pode observar nos exemplos apresentados para as cidades pré-colónias africanas, a paisagem não é entendida como um elemento estático, mas como um recurso comum, que está intimamente relacionado e dependente do uso e do controle de outros recursos tal como a água, o solo, as florestas e os prados.

As dinâmicas do campo e da cidade, do rural e do urbano, são integradas numa unidade de paisagem, essencialmente baseada nos valores culturais e de identidade das pessoas e dos lugares, reportando para um conceito de vivência no entorno dos monumentos urbanos e arquitetónicos, dos quais depende a sobrevivência económica e espiritual das suas populações.

A recuperação destes conceitos e concepções do urbano pré-colonial africano, anteriormente assinaladas, pode servir para ultrapassar uma certa tendência de se analisar a problemática das cidades dos países em desenvolvimento com os mesmos conceitos que serviram à análise dos países ocidentais, onde avulta o pensamento da acumulação de capitais, a especialização de funções e o impulso das economias de escala, onde a dimensão cultural do espaço urbano tende a não ser considerada como instrumento do planeamento das cidades.

Referências

- LUGAN, Bernard (2008), *Histoire de l'Afrique: Des origines à nos jours*, Editions Ellipses, Paris.
- IGUÉ, John O. (2008), *Les villes précoloniales d'Afrique noire*, Éditions Karthala, Paris.
- OBERMAIER, Hugo, KUHN, Herbert (1930), *Bushman Art*, Oxford University Press.
- READ, Herbert (1968), *O Significado da Arte*, Editora Ulisseia, Lousã.
- TRINDADE, Augusto J. (2000), *O Fenómeno Urbano na África Subsahariana – O Caso de Luanda*, Ed. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa.
- WARNCKE, Carsten-Peter (2007), *PICASSO*, Volume I e II, TASCHEN, Bona.